

**PAULO CESAR CONRADO**

Juiz Federal na Terceira Região, titular da 12ª Vara de Execuções Fiscais de São Paulo. Doutor e Mestre em Direito Tributário pela PUC/SP. Professor nos cursos de especialização e de extensão em Direito Tributário e Processual Tributário da PUC/SP (COGEAE), do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET e da Fundação Getúlio Vargas (Direito SP GV). Coordenador do “Grupo de Estudos em Direito Processual Tributário”, do IBET. Autor de livros e artigos de Direito Processual e Processual Tributário.

# **EXECUÇÃO FISCAL**

3ª edição (revista e ampliada)

De acordo com o Novo CPC

editora e livraria

**NOESES**

2017

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

---

C764e

3. ed.

Conrado, Paulo Cesar

Execução fiscal / Paulo Cesar Conrado. – 3. ed. – São Paulo : Noeses, 2017.

416 p. : il. ; 23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-8310-084-3

1. Direito tributário - Brasil. I. Título.

17-41335

CDU: 34:351.713(81)

---

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO À 3.<sup>a</sup> EDIÇÃO.....</b>	<b>XIX</b>
<b>APRESENTAÇÃO À 2.<sup>a</sup> EDIÇÃO.....</b>	<b>XXI</b>
<b>APRESENTAÇÃO À 1.<sup>a</sup> EDIÇÃO.....</b>	<b>XXIII</b>

## CAPÍTULO 1

### CONCEITOS ESSENCIAIS DE DIREITO

#### PROCESSUAL

1.1 Jurisdição.....	01
1.2 Ação e tutela jurisdicional.....	02
1.3 Processo.....	02
1.4 Procedimento .....	03
1.5 Processo e sua classificação: retomada do conceito de <i>tutela jurisdicional</i> .....	05
1.6 Processo e procedimento: sofisticando a classificação	07
<i>Em suma</i> .....	11

## CAPÍTULO 2

### A JURISDIÇÃO NO PLANO EXECUTIVO

2.1	Jurisdição como conceito inclusivo da ideia de execução .....	13
2.2	Jurisdição executiva <i>versus</i> processo executivo.....	14
2.3	Tutela executiva, sincretismo processual e processo de execução.....	16
2.4	Execução processual (título extrajudicial) e execução sincrética (título judicial): panorama geral dos meios de emissão da tutela executiva.....	18
2.5	Execução fiscal: o meio de constituição do crédito respectivo como elemento definidor de sua natureza processual .....	19
	<i>Em suma</i> .....	19

## CAPÍTULO 3

### EXECUÇÃO FISCAL: LINEAMENTOS GERAIS

3.1	Posição sistêmica .....	23
3.2	Definição .....	24
3.2.1	O sujeito ativo.....	24
3.2.2	O objeto.....	24
3.2.3	Conjugando os dois elementos .....	25
3.2.4	O (indiferente) sujeito passivo .....	26
	<i>Em suma</i> .....	29

## CAPÍTULO 4

# OS SUJEITOS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL

4.1	Introdução: o processo e suas dimensões, objetiva e subjetiva .....	31
4.2	O conceito de <i>parte</i> e seu canal de definição: a petição inicial .....	32
4.3	O conceito de <i>parte legítima</i> (legitimidade <i>ad causam</i> ) .....	34
4.4	O conceito de <i>parte</i> e de <i>parte legítima</i> no âmbito executivo fiscal .....	34
4.5	O sujeito ativo – exequente .....	37
4.5.1	Casos especiais: dívida ativa do INCRA .....	37
4.5.2	Casos especiais: contribuição ao FGTS .....	40
4.5.3	Casos especiais: contribuição relativa ao INSS e ao FNDE após a implementação da “Receita Federal do Brasil” .....	43
4.6	O sujeito passivo – executado .....	48
4.7	Responsabilidade patrimonial <i>versus</i> responsabilidade tributária e desconsideração da personalidade jurídica.....	57
4.8	O incidente de desconsideração da personalidade jurídica em sede de execução fiscal .....	62
4.9	Particularidades do incidente em confronto com o regime das execuções fiscais.....	69
4.9.1	Efeitos materiais decorrentes do acolhimento, no mérito, do incidente e sua delimitação temporal .....	69
4.9.2	Efeitos da instauração do incidente .....	70

4.9.3 Efeito suspensivo da execução? Faz sentido?	71
4.10 O Ministério Público como <i>custos legis</i> na execução fiscal .....	73
4.10.1 Introdução.....	73
4.10.2 Funções do Ministério Público .....	73
<i>Em suma</i> .....	80

## CAPÍTULO 5

### EXECUTIVO FISCAL E SEU OBJETO

5.1 Introdução: o processo executivo fiscal em sua dimensão objetiva .....	85
5.2 Certidão de Dívida Ativa: como ato administrativo (“espelho” do Termo de Inscrição) .....	86
5.3 Certidão de Dívida Ativa: competência para sua produção.....	91
5.4 Os créditos alcançados pela expressão <i>dívida ativa</i>	92
5.5 A Certidão de Dívida Ativa no âmbito tributário .....	93
5.6 A Certidão de Dívida Ativa como título executivo ...	97
5.7 As prerrogativas outorgadas ao crédito submetido a execução fiscal.....	101
5.7.1 O art. 2º, parágrafo 8º, da Lei n. 6.830/80.....	101
5.7.2 O art. 26 da Lei n. 6.830/80.....	109
5.7.3 Uma possível crítica às prerrogativas outorgadas à Fazenda Pública .....	112
<i>Em suma</i> .....	115

## CAPÍTULO 6

### COMPETÊNCIA

6.1	O inciso I do art. 109 da Constituição Federal como base geral para definição de competência em nível de execução fiscal .....	117
6.2	Pontos especiais sobre o art. 109, inciso I, da Constituição Federal .....	119
6.2.1	Sociedades de economia mista.....	119
6.2.2	Conselhos profissionais .....	119
6.2.3	O impacto gerado pelo art. 114, inciso I (Emenda Constitucional 45/2004) sobre o inciso I do art. 109: o problema das execuções pertinentes a contribuições ao FGTS.....	121
6.2.4	O impacto gerado pelo art. 114, inciso VII (Emenda Constitucional 45/2004) sobre o inciso I do art. 109: o problema da execução de verba decorrente de penalidade imposta ao empregador por órgãos de fiscalização das relações de trabalho .....	122
6.2.5	Cobrança de contribuições previdenciárias decorrentes de sentença trabalhista.....	124
6.2.6	Execução de ITR.....	129
6.3	O art. 109, inciso II, e o art. 102, inciso I, alínea e, ambos da Constituição Federal, como especial base de definição da competência da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal, respectivamente, para fins de execução fiscal.....	130
6.4	Classificação das competências da Justiça Federal em nível executivo fiscal (segundo o critério que considera a razão que <i>inspirou</i> a Constituição Federal) .....	132
6.5	Competência federal outorgada à Justiça Estadual ...	133

6.5.1	Modalidades – outorga específica <i>versus</i> outorga genérica.....	133
6.5.2	Os executivos fiscais no contexto da competência federal outorgada à Justiça Estadual ..	133
6.5.3	Competência federal outorgada à Justiça Estadual no plano recursal .....	135
6.6	Modificação de competência e execução fiscal.....	136
6.6.1	Introdução.....	136
6.6.2	<i>Perpetuatio jurisdictionis</i> .....	137
6.6.3	Competência: estática e dinâmica.....	138
6.6.4	Causas de modificação de competência.....	139
6.6.4.1	Causas <i>gerais</i> e causas <i>específicas</i> .....	139
6.6.4.2	Inércia do réu .....	141
6.6.4.3	Conexão e continência .....	144
6.6.4.4	A “nova” conexão (art. 55, parágrafo 2º, inciso I, do Código de Processo Civil de 2015).....	149
6.6.4.5	A “reunião por conveniência” (art. 28 da Lei n. 6.830/80).....	152
	<i>Em suma</i> .....	153

## CAPÍTULO 7

### PROCEDIMENTO

7.1	Introdução.....	157
7.2	A organização fundamental do rito <i>executivo fiscal</i> ..	158



## EXECUÇÃO FISCAL

7.3	As duas fases fundamentais do procedimento executivo fiscal – preparatória da expropriação e propriamente expropriatória: distinção.....	158
7.4	Primeira fase: a preparação da expropriação.....	160
7.4.1	Introdução.....	160
7.4.2	Pressupostos processuais de constituição.....	160
7.4.3	Os primeiros atos da fase preparatória: reestruturando (e complementando) o raciocínio	162
7.4.4	Os desdobramentos possíveis da fase preparatória.....	165
7.5	Segunda fase: a expropriação propriamente dita ....	168
7.5.1	Introdução.....	168
7.5.2	Atos integrantes da fase expropriatória.....	168
7.5.2.1	Garantia sob a forma de depósito .....	169
7.5.2.2	Garantia sob a forma de fiança ou de seguro garantia.....	170
7.5.2.3	Garantia sob a forma de penhora.....	170
7.6	Os embargos e seu impacto no ciclo procedimental executivo .....	173
7.6.1	Os embargos vistos como um elemento intercalar às fases preparatória e expropriatória ..	173
7.6.2	O problema da aplicação (ou não) das diretrizes procedimentais estabelecidas pela Lei n. 11.382/2006 (e mantidas pelo Código de Processo Civil de 2015).....	174
7.6.2.1	Instrumentalidade ( <i>a atividade processual não é um fim em si mesma</i> ) e “efetividade executiva” como razões detonadoras da reforma do processo de execução.....	174

7.6.2.2	A supressão da automaticidade do efeito suspensivo nos embargos à execução .....	175
7.6.2.3	A não-automaticidade do efeito suspensivo nos embargos à execução, a cláusula do devido processo legal e o direito de defesa do executado.....	176
7.6.2.4	Efeito suspensivo nos embargos à execução: compatibilidade das condições legalmente impostas com o regime jurídico geral da cautelardade ....	178
7.6.2.5	Aplicabilidade do “novo” regime às execuções fiscais.....	181
7.6.3	A garantia como pressuposto dos embargos à execução fiscal e a contagem do respectivo prazo .....	192
<i>Em suma</i>	.....	193

## CAPÍTULO 8

### ATOS DE CONSTRIÇÃO NO PLANO DAS EXECUÇÕES FISCAIS

8.1	Introdução: definindo penhora .....	197
8.2	Garantia <i>versus</i> penhora: gênero e espécie.....	198
8.3	Depósito.....	199
8.4	Fiança .....	200
8.5	Seguro garantia.....	204
8.6	Penhora: voltando ao tema.....	220

## EXECUÇÃO FISCAL

8.6.1	Ordem de incidência .....	220
8.6.2	Formas “peculiares” de penhora .....	224
8.6.2.1	Penhora <i>on line</i> .....	224
8.6.2.2	Penhora de crédito decorrente de precatório judicial.....	230
8.6.2.3	Penhora de faturamento.....	232
8.7	Impenhorabilidade.....	235
	<i>Em suma</i> .....	238

## CAPÍTULO 9

## A DEFESA NO PLANO EXECUTIVO FISCAL

9.1	Introdução.....	241
9.2	Embargos à execução.....	242
9.2.1	Natureza jurídica .....	242
9.2.2	Conteúdo .....	244
9.2.3	Efeitos do ajuizamento.....	246
9.2.4	Procedimento .....	246
9.2.5	Efeitos do julgamento dos embargos.....	248
9.2.6	Embargos à execução no âmbito recursal.....	251
9.2.7	Efeitos da apelação em embargos à execução	253
9.2.8	Honorários .....	255
9.3	Exceção de pré-executividade.....	257
9.3.1	Definição e campo de alcance.....	257
9.3.2	Exceção de pré-executividade <i>versus</i> embargos	260
9.3.3	Julgamento e recorribilidade.....	264

9.3.4 Exceção de pré-executividade e cooperação (art. 6º do Código de Processo Civil de 2015) ....	265
<i>Em suma</i> .....	269

## CAPÍTULO 10

### EXECUÇÃO FISCAL E CAUTELARIDADE

10.1 Tutela cautelar: lineamentos gerais.....	273
10.2 Tutela cautelar geral ( <i>poder geral de cautela</i> ) e tutela autelar específica .....	275
10.3 Medida cautelar fiscal .....	277
10.3.1 Definição e requisitos.....	277
10.3.2 Indisponibilização do patrimônio de terceiro (corresponsabilidade tributária em cautelar fiscal) .....	279
10.3.3 Competência (e subordinação).....	280
10.3.4 Cautelar fiscal preparatória .....	282
10.3.5 Procedimento .....	284
10.3.6 Eficácia da medida cautelar fiscal no tempo ...	286
10.4 Cautelaridade relacionada à defesa.....	287
<i>Em suma</i> .....	295

## CAPÍTULO 11

**EXECUÇÃO FISCAL EM CONFRONTO COM  
OUTRAS CATEGORIAS PROCESSUAIS  
TRIBUTÁRIAS**

11.1 Processualidade tributária exacional e antiexacional..	297
11.2 As diversas possibilidades processuais tributárias antiexacionais e o conceito de <i>positivação</i> .....	299
11.3 O momento em que a atuação processual se celebra como critério de determinação do tipo antiexacional...	303
11.4 Modos antiexacionais de processualidade: uma visão geral.....	304
11.5 Primeiro confronto: ação preventiva (declaratória ou mandado de segurança) e execução fiscal .....	305
11.6 Segundo confronto: ação judicial repressiva (anulatória ou mandado de segurança) e execução fiscal...	307
11.7 Terceiro confronto: repetição e execução fiscal .....	308
11.8 Quarto confronto: processo administrativo e execução fiscal .....	309
11.9 O art. 38 da Lei n. 6.830/80.....	315
11.10 Recuperação judicial e execução fiscal.....	319
<i>Em suma</i> .....	325

## CAPÍTULO 12

### EXECUÇÃO FISCAL E PRESCRIÇÃO

12.1 Prescrição, “prescrição fiscal” e prescrição tributária	327
12.2 “Prescrição fiscal” e seu termo inicial.....	328
12.3 Prescrição intercorrente.....	329
12.4 Cognoscibilidade <i>ex officio</i> da prescrição intercorrente .....	331
12.5 O art. 2º, parágrafo 3º, da Lei n. 6.830/80 .....	333
12.6 Prescrição (e decadência) em relação às contribuições previdenciárias (arts. 45 e 46 da Lei n. 8.212/91).....	337
12.7 A contagem da prescrição em nível tributário: da inscrição ao despacho .....	338
12.8 A contagem da prescrição intercorrente .....	349
<i>Em suma</i> .....	351

## CAPÍTULO 13

### FORMAS “PARALELAS” DE SATISFAÇÃO DO CRÉDITO FAZENDÁRIO

13.1 Introdução.....	355
13.2 A compensação instituída pela Emenda Constitucional n. 62/2009 .....	355
13.3 Execução fiscal administrativa.....	361
13.4 O protesto da Certidão de Dívida Ativa .....	370
<i>Em suma</i> .....	374
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>377</b>